

Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os faits divers criminais



Correio da Manhã, 1915 (detalhe).

Valéria Guimarães

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Franca). Autora do livro *Notícias diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez*. Campinas: Mercado de Letras, 2013. valeria.s.guimaraes@uol.com.br

Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os *faits divers* criminais

The early history of the yellow journalism in Brazil: the criminal faits divers

Valéria Guimarães

RESUMO

A história dos primórdios da imprensa sensacionalista no Brasil tem relação com o aparecimento de rubricas com *fait divers* em alguns dos mais antigos e tradicionais jornais nacionais. Objeto desprezado pelos historiadores, considerado ora como evento sem importância ou mesmo a-histórico, ora como expressão de uma cultura popular alienada, foi produto dos mais centrais no processo de consolidação de uma sociedade em que as mídias exercem papel de inegável importância. Neste artigo, damos sequência a uma investigação sobre o tema tomando como recorte o *tópos* criminal e traçamos um panorama parcial das primeiras seções de *fait divers* publicadas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo sensacionalista; cultura midiática; *fait divers*.

ABSTRACT

The early history of yellow media in Brazil is associated with the inclusion of fait divers in some of the oldest and more traditional Brazilian newspapers. Dismissed by historians either as unimportant / ahistorical events or as an expression of alienated popular culture, fait divers were one of the most crucial products for the consolidation of a society in which the role of the media is undeniably important. In this article, we continue an investigation on this subject from the angle of the criminal topoi and draw a partial view of the first fait divers sections published in Brazil.

KEYWORDS: yellow journalism; media culture; *fait divers*.

¹ *Faits divers*: "Sob esta rubrica, os jornais reúnem com arte e publicam regularmente notícias de todo tipo que correm o mundo: pequenos escândalos, crimes horrendos, suicídios por amor, pedreiros caindo do quinto andar, assaltos à mão armada, chuva de gafanhotos ou de sapos, naufrágios, incêndios, inundações, aventuras burlescas, raptos misteriosos, execuções, casos de hidrofobia, antropofagia, de sonambulismo e de letargia. As salvaçãoes nele aparecem em abundância e os fenômenos da natureza intervêm milagrosamente..." LAROUSSE, Pierre. *Grand Dictionnaire Universel*, 1872, t. 8, p. 58.

² Mas não o único. O sensacionalismo está presente também nos folhetins, por exemplo.

³ Ver MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 99, e AMBROISE-RENDU, Anne Claude. *Petits récits des désordres ordinaires: les faits divers dans la presse française des débuts de la IIIe République à la Grande Guerre*. Paris: Seli Arslam, 2004, p. 9.



Os *faits divers* são largamente difundidos na imprensa periódica, seja impressa, eletrônica ou digital, mesmo em veículos que os evitam em nome do que se entende por profissionalismo e comprometimento com a informação. Esse tipo de narrativa jornalística apareceu na imprensa brasileira já em meados do século XIX e no início do século passado era presença obrigatória na maioria dos jornais nacionais, os quais reservavam seções especiais para *faits divers* de todo tipo.

Em francês, *fait divers* é definido pelo dicionário *Pierre Larousse* como uma rubrica de jornal em que é possível achar uma miscelânea de "notícias que correm o mundo"¹ sem critério, que vão de crimes a suicídios, acidentes a acontecimentos fantásticos, em uma longa enumeração de temas. O que os une é a representação da prática desviante que, justamente por romper com as normas sociais, interessa como *leitmotiv*. Seu emprego sistemático na imprensa do século XIX transforma-o em gênero jornalístico em que o sensacionalismo se expressa², como várias análises demonstram.³

E no Brasil? Como se define *fait divers*? Existe um nome específico para designar essa narrativa? Para a rubrica, sim. Para gênero jornalístico, não. Nesse caso o termo era e continua sendo usado no original, em francês, mesmo que existam rubricas nos jornais nacionais que traduzam a expressão para fatos diversos, notícias diversas e similares. No dicionário da língua portuguesa *Aurélio*, por exemplo, há um verbete, em francês, confirmando que se usa a expressão original: “Fait divers [Fr.]: Pequenas notícias diárias no noticiário”.⁴ O mesmo se dá no dicionário da língua portuguesa *Houaiss*, explicando que o termo é rubrica de meios de comunicação e significa “notícia cujo interesse reside naquilo que tem de insólito, extraordinário, surpreendente”.⁵ Por esse motivo usaremos a expressão no original em francês para designar o gênero.

Pertencentes a uma tradição da imprensa ocidental, os *faits divers* colocavam em circulação um imaginário comum que também teve consequências em nossa imprensa. Isto posto, é nossa intenção, neste artigo, trazer algumas informações sobre a história da rubrica no Brasil, como se deu sua aclimação nos primeiros jornais locais, quais eram as primeiras seções e, sobretudo, de quais temas tratavam. Percebemos que, malgrado fossem histórias dedicadas a eventos cotidianos, os temas locais davam cada vez mais espaço a histórias de caráter universal, adaptando os eventos a uma narrativa estandardizada que os inseria em referências internacionais.⁶

Entre a história e a anedota

Mas o *fait divers* pode ser um objeto para a História? Ou é mero acontecimento sem importância, da ordem do diminuto, do “pequeno” e do excêntrico?

Somos contrários às definições que reduzem o *fait divers* a um “fato sem contexto”, em interpretações mecânicas da clássica visão de Roland Barthes⁷ – retomada por George Auclair em 1970⁸ –, e preferimos a abordagem sugerida por Marc Ferro⁹ e Michelle Perrot¹⁰, em que a noção sincrônica estruturalista é somada à diacronia histórica, em um *tournage* a altura dos clássicos combates pela história. Afinal, a história do *fait divers* coloca no centro um debate caro ao historiador que não escapou a Fernand Braudel¹¹: são os fatos cotidianos objeto da história?

A crítica à *histoire événementielle* não fez com que o grande historiador ignorasse a importância desse objeto, revisando alguns pontos de sua tese de 1949 dez anos mais tarde no ensaio “História e Sociologia”¹²: “O *fait divers* (senão o evento, esse sociodrama) é repetição, regularidade, multidão, e nada diz, de maneira absoluta, que seu nível seja despido de fertilidade, ou valor científico. Seria preciso olhar de perto”.¹³

Definitivamente, fazer a história dos *faits divers* não é retomar a malfadada *histoire événementielle*. Ao argumentar que historiadores da micro-história tampouco se identificavam com essa “história dos acontecimentos”, o italiano Carlo Ginzburg¹⁴ retoma justamente esse trecho de Braudel.¹⁵ Seu objetivo é buscar anomalias na repetição – e não analogias¹⁶, procurando demonstrar as regularidades na série e sua historicidade. Segundo Marc Ferro, esses são objetos privilegiados para localizar a crise, o desvio e, assim, melhor entender as regras sociais.¹⁷

O que importa aqui é a nossa intenção de investigar como tais práticas culturais – a produção, a difusão e a recepção dos *faits divers* nos primórdios da imprensa brasileira – revelam um imaginário compartilhado e

⁴ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

⁵ *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa/Uol* – Dicionário Online disponível em < <http://houaiss.uol.com.br/>>.

⁶ Tal movimento coaduna-se com a perspectiva colocada em pauta pela História Global, tendo como destaque uma troca cultural mais intensa com a matriz francesa. Cf. MAUREL, Chloé. (dir.) *Essais d'histoire globale*. Paris: L'Harmattan, 2013.

⁷ BARTHES, Roland. Structure du fait divers. In: *Essais critiques*. Paris: Seuil, 1964.

⁸ AUCLAIR, George. *Le mana quotidien: structures et fonctions de la chronique des fait divers*. Paris: Anthopos, 1970.

⁹ FERRO, Marc. Présentation – dossier Fait divers, fait d'histoire. *Revue Annales: Histoire, Sciences Sociales*, vol. 38, n. 4, 1983.

¹⁰ PERROT, Michelle. Fait divers et histoire au XIX^e siècle, dossier cit.

¹¹ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2011 [1969].

¹² O *Mediterrâneo* foi publicado em 1949 e o ensaio citado é de 1958-60.

¹³ BRAUDEL, *op. cit.*, p. 106.

¹⁴ Ver ensaio originalmente publicado em 1984, *Microstória*; due o tre cosec he so di lei, *Quaderni Storici*, 80, 1992, e reunido em coletânea de 2005 editada posteriormente em português: GINZBURG, Carlo. *Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito*. In: *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1994].

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 277.

¹⁶ “Um objeto pode ser escolhido por ser típico (González y González) ou por ser repetitivo e, por isso, serializável (Braudel, a propósito do *fait divers*). As pesquisas micro-históricas italianas enfrentaram a questão da comparação de uma forma diferente e, em certo sentido, oposta: através da anomalia, e não através da analogia.” *Idem*.

¹⁷ Cf. FERRO, Marc, *op. cit.* Sobre o conceito de *fait divers* e suas abordagens, ver GUIMA-

RÃES, Valéria. Imaginários do sensacionalismo: transferências culturais entre Brasil e França no início do século XX. *Letras*, v. 23, Santa Maria, 2013, e *idem*, *Notícias diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez*. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

¹⁸ Em trabalhos anteriores investigamos o imaginário dos *faits divers* de prodígios e também as representações dos suicidas em *faits divers* passionais, sob o viés da história cultural.

¹⁹ SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa R. (orgs.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010 [2001], p. 96.

²⁰ Cf. CHARLE, Christophe. *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Paris: Seuil/L'Univers Historique, 2004, p. 44.

²¹ Cf. SPENCER, David. R. *The yellow journalism: the press and America's emergence as a world power*. Evanston: Northwestern University Press, 2007, p. 24.

²² Cf. EMERY, Edwin. *História da imprensa nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965, p. 232, e DEFLEUR, Melvin L. e BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 67.

²³ Cf. EMERY, Edwin, *op. cit.*, p. 233.

²⁴ Cf. CHARLE, Christophe, *op. cit.*, p. 46.

²⁵ Cf. DEFLEUR, Melvin L. e BALL-ROKEACH, Sandra, *op. cit.*, p. 70.

²⁶ Cf. SMYTHE, Ted Curtis. *The gilded age press (1865-1900)*. Westport: Praeger, 2003, e CHARLE, Christophe, *op. cit.*, p. 136.

²⁷ Amarela era a cor de um personagem de cartum de R. F. Outcault. Chamado de *Yellow Kid*, o desenho animava as páginas dos *New York World* em cenas cotidianas de Nova Iorque. Colorido, o que era novidade na época, o personagem gerou um aumento das vendas e chamou a atenção da concorrência. Assim, Hearst contratou Outcault, que levou com ele *yellow kid*. Pulitzer, porém, não deixou de usar o desenho, agora feito por

precocemente globalizado (por vezes com *leitmotiven* recorrentes até nossos dias). Para tanto, neste artigo, nosso foco serão os *faits divers* cujo tema era o crime, destacando o caso específico do Brasil.¹⁸

Faits divers e cultura midiática no Brasil

A publicação de *faits divers* em jornais brasileiros começou em fins do século XIX e remete à dinamização mundial dos meios de comunicação então em curso. França e Estados Unidos foram os países que estiveram entre os primeiros a desenvolver condições para o florescer deste gênero e que podem nos dar parâmetros de comparação com o Brasil. Até princípios do século XIX, o jornal, americano ou francês, continha predominantemente informações comerciais e políticas. Com a expansão das cidades e do número de leitores, a procura por informações do cotidiano cresce e é aberto espaço para um noticiário popular, que atingia um público vasto.

Além disso, aumentou a demanda por divertimentos e espetáculos, propiciada pela contínua aceleração do ritmo da vida em sociedade. O imaginário dos leitores é alimentado pela “espetacularização” diária do cotidiano tão bem expressa pelos *faits divers* com suas vívidas descrições de cenas chocantes. Essa demanda foi percebida por alguns editores que, utilizando o vasto repertório da cultura popular tradicional, colocaram em andamento um novo projeto editorial que só pode ser entendido no contexto da modernidade: um crescente “bombardeio de estímulos”¹⁹ que o realismo do *fait divers* traduz como nenhum outro gênero. Nasce, dessa forma, os jornais populares, principais suportes do *fait divers*.

Já em 1836 temos o exemplo do jornais franceses *La Presse*, de Émile de Girardin, e seu concorrente *Le Siècle*, de Armand Dutacq.²⁰ Nos Estados Unidos, Horatio David Shepard criou a *penny press* com o *Morning Post* quando a maioria dos jornais era vendida a oito ou dez dólares – ideia que surgiu em suas caminhadas na agitada Nova Iorque nos idos de 1833, quando teve a atenção despertada para os vendedores que ofereciam itens a um centavo.²¹ *The New York Sun*, de Benjamin H. Day, surgiu no mesmo ano com o lema “brilha para todos”. A ênfase no noticiário local, com linguagem sensacionalista, conferiu-lhe o êxito desejado. Nele, foi central a figura do repórter que vai à polícia à caça dos casos do dia, redigindo os textos mais escabrosos com humor e escândalo.²²

As tiragens da imprensa dos dois países sofreram uma expansão sem precedentes, na casa dos trinta mil exemplares diários por volta de 1830 para o americano *Sun*, que superava todos os jornais de Nova Iorque²³, e cerca de dez mil exemplares para o francês *Le Siècle*.²⁴ O fato é que a fórmula sensacionalista se espalhou com rapidez e talvez os americanos tenham sido o melhor exemplo de como isso poderia ser feito para grandes levas de leitores. Outros jornais de cunho sensacionalista surgiram, como o americano *The New York Herald* (1835), editado por James Gordon Bennet.²⁵

Mas é no período que vai de meados do século XIX ao início do século XX que se deu o que ficou conhecido como sendo a “era de ouro” da imprensa.²⁶ Os protagonistas foram os americanos *New York World* (após a direção de Joseph Pulitzer, nos anos oitenta) e *New York Journal* (comprado por Randolph Hearst nos anos noventa) que estiveram por trás do que ficou conhecido como “jornalismo amarelo”²⁷; e o francês, vendido a tostões, *Le Petit Journal* (1863), sobretudo após o Caso Troppmann (1969) que levou as tiragens a meio milhão.²⁸

Esse processo teve consequências para o mercado editorial do impresso periódico brasileiro, o qual também conheceu um significativo aquecimento²⁹, época em que começam a aparecer *faits divers* nos jornais nacionais.

Enquanto o *Jornal do Comércio*, publicado no Rio de Janeiro desde 1827, permanecera bem sóbrio até o século XX, com seções tímidas como “Várias Notícias” e “Variedades”, que traziam vez por outra um *fait divers* mais animado, seus congêneres não pouparam esforços em conquistar o público não só pelos preços, tanto menores quanto fossem as subvenções oficiais, como pela publicação crescente de notas sensacionais.

Em 1878, o conceituado diário carioca *Gazeta de Notícias* apresentava a rubrica “Ocorrências da Rua” e na virada do século já possuía 30% de sua superfície tomada pelos escândalos do cotidiano, distribuídas em várias rubricas, sendo a mais famosa a “Factos Diversos”. Certamente o século XX apresentou um número maior de folhas que não dispensavam este recurso tão eficaz para seu sucesso, e não faltam exemplos como o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Brasil*, além dos paulistas *O Estado de S. Paulo* e *A Gazeta*. Mas foi *O Repórter*, publicado no ano de 1879, que certamente pode ser encarado como tentativa pioneira.

Não constando referências a ele em livros sobre a história da imprensa no Brasil, talvez devido à sua efemeridade, este simpático jornal foi publicado no ano de 1879 com este nome sugestivo. Uma primeira experiência totalmente sensacionalista, o jornal *O Repórter* foi anunciado na *Gazeta de Notícias* no Natal, em 25 de dezembro de 1878. A chamada era sobre “um novo noticioso” dirigido por João de Almeida, “o criador do reporterismo fluminense” que arrancava “notícia dos fatos”. O anúncio também associa progresso com esse tipo de jornalismo. E sua referência é o jornal de James Gordon Bennet, pai da reportagem e precursor do jornalismo amarelo. A chamada de divulgação apresenta-se com toda ironia e mistura fato e ficção contemplados nos *faits divers*:

Com O Repórter já se prevê que a coisa há de ir ainda em progresso.

Assim como o New York Herald anunciava ao mundo os tufões e as tempestades porvindouras, O Repórter chegará à perfeição de muitas vezes dar a notícia antes do fato: rara vantagem que permitirá a prevenção de grandes desgraças e quiça de grandes crimes.

Mal comparado, O Repórter será como célebre e perspicaz alcaide dos Rocards, o fino e sagacíssimo juiz que farejava os crimes no ato da premeditação et meme quelque fois...avant.

Avante, pois, dizemos de coração no novo diário, enviando um bom shakehands ao seu digno e inteligente organizador.

Saphir (Folhetim do Cruzeiro). (GN, 25 dez. 1878)

Ele foi fundado em 4 de janeiro de 1879³⁰, a 40 réis o exemplar avulso, mas sua característica artesanal não foi suficiente para fazer frente aos grandes cotidianos da concorrência como *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio*, deixando de ser publicado em agosto do mesmo ano. E, apesar de toda essa associação com o *Herald*, *O Repórter* apareceu com cara de jornal francês: com folhetim no rodapé da primeira página – “O máscara de ferro” –, uma seção “Factos Diversos”, talvez a primeira no Brasil, e mais um folhetim na segunda página, intitulado simplesmente “Um folhetim”.

As condições que propiciaram a “era de ouro” da imprensa no Bra-

George Luks. O que então era chamado de *new journalism* foi batizado de *yellow journalism* por Erwin Wardman, editor do *New York Press*, em 1896, em consequência da batalha que se iniciou entre Pulitzer e Hearst tanto pelo uso do *Yellow Kid* como pela escalada sensacionalista que mudou definitivamente a face dos jornais com o uso dos antigos recursos (grandes manchetes, fios, quadros) mas também de ilustrações, de cores e, tão logo foi inventada, da fotografia. Ver CAMPBELL, Joseph W. *Puncturing the myths, defining the legacies*. Westport: Praeger, 2001, p. 25.

²⁸ Foi a morte de toda uma família, com exceção de um dos filhos, que se torna o suspeito. Depois descobrem que um lindo rapaz loiro é o verdadeiro assassino e o *affaire* toma conta dos jornais. *O Le Petit Journal* faz uma cobertura completa o que lhe rende tiragens recordes. Eram 38 mil exemplares no lançamento, passando dois anos depois a 259 mil e, com o caso Troppmann, a cifra chega a 467 mil exemplares, caminho aberto ao milhar, o que rendeu o apelido de Millaud de “o Millaunaire”. Ver KALIFA, Dominique. *La culture de masse en France: 1860-1930*. Paris: La Découverte, 2001, p. 10.

²⁹ Falamos de regiões: o norte dos Estados Unidos, a capital francesa, o eixo cultural formado por Rio de Janeiro e São Paulo. Mas foram estas regiões que propiciaram o florescimento da imprensa de periódicos em seus respectivos países. Ver SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras: 2002, p. 38.

³⁰ Não encontramos referências a esse jornal na bibliografia consultada. Aqui, expomos os resultados da pesquisa na Biblioteca Nacional brasileira.

³¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

³² Após o fim da dura censura de Floriano Peixoto, por exemplo, a informação-entretenimento ou *infotainment* encontra definitivamente caminho aberto para se desenvolver, malgrado a resistência encontrada nos guardiães da moral e da “boa” literatura, que não viam com bons olhos o que julgavam ser uma industrialização do conhecimento e da informação. Ver, entre outros, THUSSU, Daya Kishan. *News as entertainment: the rise of global infotainment*. London: Sage, 2007.

³³ MOLLIER, Jean-Yves. L’emergence de la culture de masse dans le monde. In: MOLLIER, Jean-Yves, SIRINELLI, Jean-François e VALLOTON, François. *Culture de masse et culture médiatique en Europe et dans les Amériques – 1860-1940*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

³⁴ Cf. MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 175, e MAIGRET, Éric. *Sociologia da Comunicação e das Mídias*. São Paulo: Senac, 2010.

³⁵ CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa R. (orgs.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010 [2001].

sil, portanto, não obedecem à lógica dos acontecimentos políticos, como faz acreditar Nelson Werneck Sodré³¹ em obra clássica sobre a história da imprensa no Brasil, na qual adota o início do período republicano, 1889, como marco da passagem para a grande imprensa. Grosso modo, preferimos dividir em duas as primeiras fases de modernização da imprensa nacional, a saber, entre os anos 1850-1877 e 1877-1914, tendo a adoção do telégrafo como marco.

Seguramente, a inspiração nos modelos da imprensa estrangeira, cuja circulação era crescente, também foi fator que levou os editores brasileiros a explorarem a fórmula sensacionalista. Ademais, as condições internas eram favoráveis: a dinamização da economia, o crescimento das grandes cidades e a formação tímida mas progressiva de um público leitor, fatores que têm como resposta o incentivo dos editores de jornais tanto à diversificação títulos e rubricas, como ao incremento da diagramação e do conteúdo, além da concessão de um espaço maior à informação pretensamente “neutra”, que passava ao largo dos censores, mais concentrados no conteúdo político.³²

Os editores viram um campo fértil a explorar, independente da existência de um abundante público leitor – o que fica claro nas tiragens bem limitadas: em 1878, por exemplo, a *Gazeta de Notícias* tirava 18 mil exemplares e *O Estado de S. Paulo*, modestos 3 mil exemplares em 1886. Esta é uma questão importante no caso brasileiro e cabe destacá-la. Afinal, como falar em difusão do imaginário através da leitura se não tínhamos tantos leitores?

Jean-Yves Mollier³³ questiona o lugar dado ao letramento nas análises que defendem que a chamada “cultura de massa” (com todo estigma que é dado ao termo) existiu apenas no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Ele considera que o desenvolvimento dos pressupostos de uma cultura midiática estavam presentes mesmo em regiões que não passaram pelo processo de letramento massivo e bem antes do século XX. Abre, assim, espaço para outras interpretações dos casos da Espanha, Europa do leste e do Brasil, por exemplo. Para o autor, o conceito de “cultura midiática” reúne todo um conjunto de manifestações culturais voltadas ao entretenimento (teatro, impressos populares – livros e periódicos –, cinema etc.) que possibilita esta expansão simultânea da cultura ocidental para além dos limites geográficos iniciais. E o Brasil apresentava todas essas condições, mesmo que em proporções modestas.³⁴

De outro lado, o processo conhecido como revolução científico-tecnológica deu novo impulso à modernidade e ao mundo do entretenimento e, sem dúvida, foi a eletricidade o maior e mais espetacular de seus resultados. Nova York, mas, sobretudo, Paris simbolizava este espetáculo duradouro, a cidade-luz. A eletricidade torna-se a alma das grandes cidades, um espírito invisível animando a vida, com maior impacto sobre a vida noturna, agora mais dinâmica devido a esta fonte de energia. Um novo ritmo que extasia e assusta, quer pela novidade, quer pelo desconhecido³⁵.

Nas páginas dos jornais diários, a voga era retratar o cotidiano cada vez mais esfuziante das grandes cidades de maneira tão espetacular quanto a nova vida, fantástica e aterradora, cheia de sensações, reviravoltas, mudanças e, sobretudo, de aceleração, muita aceleração. Se no Rio de Janeiro ou em São Paulo a agitação não era tão intensa como nas grandes capitais metropolitanas como Paris, Londres ou Nova York, o jornalismo queria dar a impressão que o *frisson* dos trópicos estava a altura.

Ligada ao mundo do espetáculo que a circunda, a imprensa nacional

já estava inserida na lógica da cultura midiática mesmo sem tantos leitores e encontrou nas seções de *faits divers* o lugar propício para expressar toda a agitação que existia – ou queria existir – nas provincianas cidades que logo se transformam em caóticas metrópoles em ascensão, em um ritmo de crescimento sem precedentes na história do país.

As seções de *fait divers* vão ganhando, assim, designações locais, com rubricas como “Factos Diversos” ou “Última Hora”, nomes emprestados de jornais estrangeiros que mostram bem a aclimação do gênero e a circulação intensa do imaginário da sensação. No fim do artigo é possível encontrar uma tabela com um mapeamento destas seções em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, dando a medida do ritmo da expansão do gênero entre nós, ocorrida com maior ênfase a partir do último decênio do século XIX (Tabela 1).

No próximo item, iremos analisar alguns *faits divers* publicados nas seções encontradas bem como a temática por eles explorada.

***Faits divers* criminais e o caso brasileiro**

Como enunciado acima, é nossa intenção nos restringirmos ao imaginário do crime, tema a que nos dedicaremos neste texto. As representações do crime nos *faits divers* dos jornais da *Belle Époque* brasileira construíam imagens bem familiares dos leitores, trabalhando com temas conhecidos e que ganharam nova apresentação no contexto da modernidade. Ora reivindicando a verdade e a informação, ora tomando emprestado à ficção seus arquétipos, os *faits divers* “espetacularizam” o cotidiano.

Com o tema criminal, essa inclinação tornou-se ainda mais acentuada e houve uma espécie de criação de um estado de alerta social, alimentado por uma riquíssima tradição literária sobre o crime, a qual precedeu o surgimento do gênero *fait divers*. Seu potencial para uma narrativa dramática foi aproveitado pelo jornalista sem qualquer cerimônia, que infla o texto e deixa as fronteiras entre real e ficção ainda mais fluidas. A tônica é sempre o mal e sua reparação.³⁶ Tais enredos, simples e desprezados pela cultura erudita, invadem de forma avassaladora a cultura midiática nascida no século XIX e se deu uma verdadeira obsessão pelo sangue no papel.

E o crime lá estava, disputando com vantagem a superfície do jornal, ganhando muitas vezes a primeira página, muitas colunas, títulos escandalosos em grandes manchetes, boxes, ilustrações e fotografias. Se há um “enobrecimento” do *fait divers* ao ganhar seções exclusivas nos jornais, como diz Dominique Kalifa³⁷, o *fait divers* criminal é ainda mais “nobre” pelo que pudemos observar nos jornais brasileiros, pois além de constar nas seções exclusivas como “Factos Diversos”, “Notícias Diversas” e “Última Hora”, vinham avulsos por todas as páginas e, muitas vezes, eram donos de rubricas próprias como “Vingança Cruel” e “Scenas de Sangue”.

Vamos, a seguir, tratar da dimensão que toma o imaginário do crime em tais seções, com apenas alguns dos vários exemplos encontrados, visto o espaço reduzido de que dispomos. Entre os jornais aqui citados estão os cariocas *Gazeta de Notícias* (GN), *Correio da Manhã* (CM), *Jornal do Brasil* (JB), *O Repórter* (OR), *Jornal do Comércio* (JC) e os paulistas *Diário Popular* (DP), *Correio Paulistano* (CP), *A Gazeta* (AG) e *O Estado de S. Paulo* (OESP), além da revista *A Cigarra* (ACI).

³⁶ KALIFA, Dominique. *L'encre et le sang: récits de crimes et société à la Belle Époque*. France: Fayard, 1995, p. 30.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 22.

³⁸ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp: 2001, p. 45.

³⁹ Processo n. 500 (5779), José Maria de Oliveira Melo, 2 fev. 1912, cx. 60, 1. Vara Criminal.

⁴⁰ FAUSTO, Boris, *op. cit.*, p. 46.

⁴¹ Cf. MATOS, Cláudia. *Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴² Ver CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX^e siècle*. Paris: Perrin, 2007.

A) Brigas e agressões Capoeiras e desordeiros: heróis em decadência

Associada à vagabundagem, malandragem e, sobretudo, à violência contra a elite, a capoeira figurou nos *faits divers* desde o Império, tendo diminuído sua presença nos jornais na fase da República Velha. Foi classificada por Boris Fausto⁴⁰ em crimes de contravenção, historicamente um dos mais frequentes no mundo. Em contravenções eram incluídos os crimes de vadiagem, definição vaga e que dava margem para incluir mendicância, desemprego e brigas de rua. Nem todos eram punidos com a prisão no século XIX, de acordo com o autor. Havia certa tolerância à mendicância por exemplo. Com o aumento da imigração, no entanto, houve a transformação de qualquer indivíduo sem comprovação de trabalho fixo em suspeito, como também pudemos verificar em pesquisa ao Arquivo Judiciário de São Paulo, quando encontramos vários processos do início do século XX, em que o indivíduo era preso, “processado e condenado por vagabundagem”⁴¹, o que era um termo impreciso, podendo facilmente incluir vários tipos de delito. O criminoso era aquele para o qual se voltavam todos os olhares, seja da sofisticada ciência criminal que se desenvolve durante o século XIX, seja dos velhos métodos repressivos de contenção da violência tão bem conhecidos numa sociedade escravocrata como era o Brasil. A repressão à capoeira se inseriu nesse contexto, mas tendo também um viés racial.

*No Código Penal de 1809, prevê-se apenas a punição de um certo tipo de “desordem”, assimilada à vadiagem por meio de uma identificação aparentemente estranha, levando-se em conta a distinção que foi feita. Trata-se, no caso, de um claro exemplo de criminalização de um comportamento com o propósito de reprimir uma camada social específica, discriminada pela cor. A preocupação com a “capoeiragem” está ligada a uma conjuntura histórica e em particular a uma cidade – o Rio de Janeiro no período imediatamente posterior à escravidão.*⁴²

O crime de capoeiragem continua constando no código penal de 1890 (“dos vadios e capoeiras”) sendo punido como perturbação da ordem pública, sobretudo se configurada a formação de bandos. Foi no jornal carioca *Gazeta de Notícias* que encontramos as mais antigas referências a este jogo fascinante, mas que pode ser mortal. A ameaça real que a capoeira significava, somada a uma simbologia do ódio e da vingança de negros e mestiços contra a opressão da elite escravocrata, representada pela truculência das autoridades, é o que rendia tanta atenção ao tema.

Os capoeiras

A praia do Saco do Alferes serviu anteontem às 5 horas da tarde para campo de operações de três bandos de capoeiras, intitulados: Banda Roxa, Republicano e Regente. Segundo nos informam, os bandos apresentaram-se armados de cacetes e navalhas, de que fizeram o mais lato uso contra os infelizes que encontravam e alguns agentes da autoridade que pretenderam chamá-los à ordem. Não se pode calcular a agitação e o susto dos moradores daqueles lugares. Ouviram-se apitos e gritos de socorro de todos os lados. O dono de uma taberna viu-se obrigado a lançar mão de um revólver para intimidá-los, eles desarmaram-no, puseram-no fora do estabelecimento a que fizeram um verdadeiro saque. A este tempo já tinha comparecido maior força, não obstante o que, um dos turbulentos declarou ao respectivo comandante, que ainda mesmo que lhe pusessem algemas, ele lhe daria muita pancada. Este fato foi nos



narrado por pessoas que o presenciaram e a quem damos todo o crédito. A autoridade competente de tomar todas as providências a fim de que não se repitam destas cenas impróprias de uma cidade que tem direito a ser policiada. (GN, 14 ago. 1876)

Vê-se que não há qualquer referência à cor da pele dos envolvidos. Mas, ainda que haja exceções, para os contemporâneos estava implícita a referência a afrodescendentes quando se falava em capoeiras, uma vez que era arte marcial de origem africana e sabidamente utilizada pelos escravos e ex-escravos. Podemos dizer hoje em dia, em uma leitura sociológica, que a ação deste bando era uma forma de se defender da ação indiscriminada das autoridades contra a população pobre, em sua maioria composta por negros e mestiços.

Mas os contemporâneos os viam apenas como bandos de criminosos e desordeiros que apavoravam a população e a *Gazeta de Notícias* já ensaiava o que seria uma tendência do periodismo diário: a prestação de serviços, chamando as autoridades a tomarem providências em nome de “uma cidade que tem direito a ser policiada”. A capoeiragem também colocava em xeque a autoridade da polícia, mal equipada e mal treinada para agir em tais situações. Juntamente com a tensão gerada no período que antecedeu à abolição, a capoeira causava medo e acabava sendo muito freqüente a menção a ela nos jornais. A nota que vimos acima saiu com destaque na primeira página em uma época em que a *Gazeta de Notícias* ainda não apresentava tantos *faits divers*, o que pode servir de parâmetro para avaliar o terror social que a capoeira causava.

Como averiguou Boris Fausto, as prisões por contravenção e pela capoeiragem diminuíram durante a República. Ele supõe que tal fato possa se relacionar com a atenção maior aos crimes com vítimas. Nesse período, os jornais, pelo que pudemos averiguar, também tratavam a capoeira como coisa do passado. O *Correio da Manhã* trouxe na segunda página da edição de 1905, na seção “Na Polícia e nas Ruas”, um pequeno título, “Agressão brutal”, em que ironizava a ação de alguns capoeiristas.

Decididamente são indomáveis os capadócijs desta terra. Ontem às 10 ½ da noite estava de ronda na Pedra do Sal, o guarda noturno João Batista Bahia. Não querendo então esquecer as suas tradições, os inolvidáveis tempos da capoeira e da navalha, apareceu por ali um numeroso grupo, pronto para na primeira ocasião demonstrar a eterna memória que guardava de seus valorosos antepassados. Afinal, depois de muitas horas, encontraram os valientes o imenso conforto que procuravam – uma lutazinha. Tendo um deles, para descansar [sic] um pouco as pernas, sentado-se na soleira de um armazém, dirigiu-se-lhe o guarda João Bahia e pediu-lhe obsequiosamente para se levantar. Foi o quanto bastou: o grupo julgando-se ofendido, com o pedido do guarda, valeu-se de todos os recursos da capoeiragem moderna deixando-o em estado lastimável. João Batista foi medicado em uma farmácia próxima, prestando, em seguida, na 3ª delegacia urbana, as necessárias declarações. Os agressores, após a façanha, evadiram-se. (CM, 6 jan. 1905)

O jornal, assim como as autoridades, associava a capoeira à vadiagem, ao crime e à malandragem, cujo símbolo, a navalha⁴³, aparecia citado no *fait divers*. Mesmo quando relacionada ao esporte, a capoeira continuou estigmatizada, pois o processo de legalização não ocorreu sem percalços visto sua identificação com o ambiente da marginalidade, sendo reconhecida oficialmente como prática esportiva apenas no segundo governo de Getúlio

⁴³ Cf. MATOS, Cláudia, *op. cit.*

⁴⁴ E aqui fazemos alusão à peleja musical dos anos 30 entre Noel Rosa e Wilson Batista e suas visões diferenciadas sobre a malandragem, bem analisada por MATOS, Cláudia, *op. cit.*

⁴⁵ Cf. PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1994.

Vargas, como se sabe. Dessa forma, sua representação como “lutazinha”, no sentido de insolência e delinquência, permanece por muitos anos.

O combate à capoeira fazia parte de uma postura mais ampla de combate às classes perigosas⁴⁴, uma vez que no imaginário vinha associada à ameaça de um certo tipo de homem que acharia no “malandro carioca”⁴⁵ uma boa representação: pertencente às camadas de trabalhadores (mesmo se recusando a ser um deles, vistos como “otários”), homem fisicamente forte e/ou ágil, elegante e esperto, as figuras do “capoeira” e/ou do “malandro” confundiam-se e correspondiam, portanto, a um estereótipo do “tipo criminoso” que compõe um universo de masculinidade em que a virilidade, a força física, a potência sexual, os músculos, o peitoral aberto e desenvolvido, o pescoço forte e as mãos grandes (de trabalhador) são índices de atributos físicos que lhe conferiam vigor, de extrema conotação sexual.

Ele tem uma atitude de firmeza, segurança, valentia, coragem. É aquele que quebra tudo, que mata e que está pronto para morrer. Os atributos intelectuais não são menos importantes na composição da imagem do criminoso. No caso do malandro, é seu andar gingado, o corpo tatuado – marcas que poderiam ser de sua experiência da prisão, dando-lhe “currículo” no mundo do crime – que exterioriza sua esperteza e superioridade, seu *savoir-faire* seja no domínio da técnica da capoeira ou do crime, da navalha ou do sexo. Sua apresentação é o toque final na composição estética do personagem: a roupa de bom corte, o cabelo alinhado, chapéu, sapatos, signos de poder e *status* social. Todas essas qualidades não estão necessariamente associadas à beleza, ainda que tenham uma forte conotação sensual. No caso brasileiro, ainda existe um componente singular: a proteção espiritual através de rituais específicos que ocorrem tanto no candomblé como na ainda mais sincrética umbanda, o “fechamento do corpo”. Este distintivo confere ao criminoso protegido a aura de fantástico e sobrenatural.

Para além da face glamorosa do criminoso, há seu aspecto monstruoso, em que músculos não significam apenas vigor físico, mas violência, medo, horror, enfim, a própria encarnação do monstro. Muitas das representações dos criminosos destacam a primazia na arte do crime, legando ao imaginário a existência de uma verdadeira “aristocracia”: gatunos, ratoneiros, trapaceiros e outros bem versados no ofício da “mão-leve” e da lábria. Enquanto outras acentuam as características repulsivas do parasita social, da besta-fera, do louco ou degenerado, do violento, ou seja, de um ser odioso.

E, como a representação do malandro e do capoeirista frequentemente se confundiam, é possível supor que seja essa figura ambígua que começa a se delinear na representação dos capoeiristas de fins do século XIX. Se ainda não existe a malandragem, muitos dos ingredientes que compõem o imaginário de “malandro” na cultura brasileira já estão no *fait divers* “Os capoeiras”, de 1876. A força física – mesmo que potencializada pela superioridade numérica do grupo – vence as autoridades, desarma o taberneiro e desafia até a prisão com algemas: nada os impede de agir com pleno domínio de seu corpo e mente. Em “Agressão brutal”, de 1905, são usadas as palavras “indomáveis” e “capadócius” (no sentido de espertalhões) para definir os desordeiros. São associados ao mundo do crime através do uso da arma branca – navalha –, da luta marcial e da surra que dão no guarda que fica em “estado lastimável”.

Em relação à técnica que esses homens tão bem dominam, a capoeira,

o jornalista não se furta à ironia ao desqualificá-la como “lutazinha”, uma tradição dos “valorosos antepassados”, em claro tom de chiste e desprezo com a herança africana, tendendo a colocá-la como coisa do passado. E não parece ser esta a realidade, uma vez que a cena da malandragem carioca consolida-se século XX afora, sendo bem representada no novo gênero musical que se firma neste meio, o samba. Malandros autênticos ou malandros “regenerados”⁴⁶, tanto faz, ambas as representações formam a imagem do homem preso às amarras da marginalidade, cujo *modus vivendi* não se desvincula da capoeira e da navalha. E, por extensão, dos terreiros e do candomblé. Ou das tatuagens com seus orixás, santos protetores, desenhos que os identificassem a um bando ou códigos conhecidos apenas no submundo das prisões. De outro lado, a capoeira do malandro não se descola da indumentária particular e elegante, destoando de sua origem social. E, muitas vezes, do submundo da droga e da prostituição.

Dessa forma, se a capoeira desaparece dos autos jurídicos e dos jornais, não quer dizer que a atividade tenha diminuído na realidade. Era muito comum que os jornalistas estivessem munidos com as informações provenientes dos órgãos oficiais em cujos autos constava a diminuição da prisão dos capoeiristas. Porém, o próprio jornalista, em nosso segundo exemplo, afirma que o grupo era numeroso e que a capoeira se modernizara. Pela leitura dos jornais ou pelos índices das autoridades não é possível saber, mas se pode supor que a prática encontrava-se cada vez mais disseminada e readaptada. E que a ausência nos registros oficiais dava-se por estar associada a outros crimes ou, simplesmente, por ser identificada cada vez mais com prática esportiva. Essa “normalização” da capoeira pode ter contribuído para que deixasse de ser um motivo interessante para o sensacionalismo.

Outra hipótese que defendemos é de que os temas das nossas rubricas sensacionalistas passaram a ligar-se cada vez mais às representações presentes no imaginário do crime difundido pela produção cultural estrangeira, adaptando os “personagens” nacionais a representações alheias ao nosso contexto, comprovando intensa circularidade de tal conteúdo pela imprensa periódica.

De qualquer forma, o tema das agressões permanece nos jornais e era bastante estandardizado. Pelo menos é o que pudemos constatar a partir da análise de nosso corpus. Os títulos de diferentes diários apresentavam *faits divers* com chamadas semelhantes ou idênticas: “Desordens – Agressões e ferimentos” no *Jornal do Brasil* (30 jan. 1900), *Agressão* no *Correio Paulistano* (24 fev. 1903), “Agressão” na seção “Crônica das Ruas” da *Gazeta de São Paulo* (1 jan. 1914), “Agressão” em *O Estado de S. Paulo* (24 set. 1910) e “Bebedeira e agressão” na *Gazeta de Notícias* (1 set. 1905).

O tema do “bando” agressor continua a render *faits divers*. No caso do *Correio Paulistano*, que tinha nas questões urbanas seu principal interesse e não dedicava muito espaço às cenas de sangue, esses *faits divers* eram bem explorados. Em 1903, por exemplo, sua seção “Factos Diversos” trazia o título “Ciúmes da profissão”, ao se reportar a uma briga entre trabalhadores adolescentes:

Angelo Cima, menor de 16 anos, não gostando mais de exercer a profissão de carregador, quis transformar-se em engraxate. Comprou uma caixa, duas escovas usadas, enfim, todo o necessário para um novo ofício que ia empreender e foi estabelecer-se à rua da Estação. Os engraxates, que ali se acham por muito tempo, não gostaram

⁴⁶ Sobre a qual o italiano Scipio Sighele escreveu, em ensaio de 1891 *A massa criminosa*, teoria que influenciou Gustave Le Bon. Ver MATTELART, Armand e Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 23.

⁴⁷ Ver o filme *Pickpocket*. Dir. Robert Bresson, Paris, 1959.

⁴⁸ Cf. AMADO, Gilberto. *A chave de Salomão e outros escritos*. São Paulo-Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

desse novo concorrente, e para convencê-lo de que devia ir-se embora, agrediram-no com as escovas ferindo-o na cabeça. Angelo foi queixar-se ao dr. Ascanio Cerquera, 3º. Delegado. (CP, 5 jan. 1903, p. 2)

Sem alarde, o jornalista do *Correio Paulistano* deu a dimensão da disputa pelo espaço urbano, mostrando como a rua da Estação devia ser movimentada – para ser disputada por engraxates –, e traçou um panorama sombrio da adolescência pobre, o rapaz trabalhador em disputa pela concorrida sobrevivência, em busca por trabalho menos pesado que a função de carregador. Esta era uma das ocupações de menor remuneração em São Paulo da Primeira República⁴⁷ e provavelmente no Rio de Janeiro. Era, então, reservada aos mais pobres, principalmente a negros e mestiços, enfim, àqueles que não possuíam qualquer tipo de qualificação e que eram discriminados não apenas em razão disto, mas principalmente devido à cor da pele.

A tentativa de mudar de profissão estava certamente ligada à fuga da condição de carregador por todos esses motivos. Ser engraxate equivalia a ter melhores condições de vida, ainda que muito precárias, e certa autonomia. Dependia-se, no entanto, da freguesia, e esta era bem disputada. Sim, de suas entrelinhas é possível deduzir isso, apesar de que o jornalista não colocava em pauta a questão social na sua representação; ao contrário, era a construção da imagem de crianças pobres e desordeiras que se delineava em suas palavras.

Na representação desses perturbadores da ordem está em questão o bom funcionamento da cidade e o combate se daria contra eles, não contra as causas sociais que os fazem surgir. A noção multidão vinha ligada à ameaça da “massa criminoso”⁴⁸, compreendida pelas teorias contemporâneas como microcosmo da turba, em que os papéis de condutores e conduzidos encaixavam-se perfeitamente na ideia de contágio dos “maus elementos” e em seu assustador poder multiplicador.

A imprensa que consultamos disseminava a sensação de insegurança causada por estes bandos – antes formados por capoeiristas, agora por jovens trabalhadores e delinquentes. Caracterizados por uma linguagem própria, códigos secretos que os protegiam e até mesmo roupas que os distinguiam, os bandos alimentavam rivalidades entre eles ou contra estranhos, e eram causadores frequentes de conflitos. A sociedade não os encarava como simples desordeiros, mas como degenerados, em plena decadência moral. Em se tratando de jovens, tanto mais grave a situação, pois comprometia a formação do futuro da nação que se queria civilizada e higienizada.

Privilegiando personagens e circunstâncias que chamassem a atenção do público, a imprensa deixava que a imagem do desordeiro fosse caindo em desuso e a substituiu pelo criminoso-monstro, cuja violência era mais explícita nos homicídios e crimes passionais, ou na imagem do delinquente ousado, o criminoso-herói, cujos golpes eram sofisticados e admiráveis, ambos propiciando maior exploração estética da violência. Vamos nos ater apenas ao segundo caso, o criminoso-herói.

B) Amigos do alheio

***Pickpockets* dos dois mundos e vendedores de jornais**

Um dos personagens recorrentes nos *faits divers* que analisamos é o batedor de carteiras, que furta sem ser percebido e que desenvolve, assim, as mais apuradas técnicas da subtração da coisa alheia. A combinação de

audácia e ausência de cenas de sangue legou uma mitologia rica à figura deste sutil ladrão e não encontramos melhor exemplo que o filme do cineasta francês Robert Bresson, que é uma verdadeira ode ao batedor de carteira, expondo seus segredos como expõe os truques de um mágico: “essas mãos maleáveis, ágeis, rápidas, vivas, que cortam, mão que supõem e que roubam”.⁴⁹ E certamente sua aura de prestidigitador contribuiu para que o *pickpocket* também fosse figura constante no imaginário da modernidade, e o Brasil não escapou desse padrão. Agindo nas aglomerações das feiras e em meio às multidões da cidade, o batedor de carteira não era figura muito comum no Rio ou São Paulo nos anos de 1870, se levarmos em conta as notícias da imprensa. Mas isso não impediu que sua figura vagasse na imaginação dos leitores do *Correio Paulistano*.

Na seção “Noticiário Geral” do jornal ainda eram poucos os *faits divers* nesta época. Na falta de *faits divers* próprios, o cronista não hesitou em lançar mão de crimes publicados no exterior, cumprindo o papel de mediador cultural. Assim foi “Larápio célebre”, *fait divers* que publicado na França sobre um famoso batedor de carteiras americano. A história atravessou o oceano, da América do Norte para a Europa, e voltou para a América do Sul. No jornal, aparecia em texto mais extenso que outras notas ao seu redor, começando na primeira página para terminar apenas na seguinte, o que fazia com que ganhasse destaque. As primeiras linhas resumiam a história:

A polícia francesa acaba de ser avisada da chegada à Paris de um célebre ‘pick-pocket’ americano: o tal larápio é quase um artista. Ninguém há que iguale sua destreza. Vamos a um exemplo: Em 1865, depois da guerra de separação, achava-se em Washington, na ocasião em que o presidente Johnston e o general Grant passavam revista às tropas triunfantes. Pois bem! O nosso larápio conseguiu meter-se debaixo do estrado presidencial e roubar ao Presidente da República dos Estados Unidos e a mr. Seward, então secretário dos negócios estrangeiros, as pastas aos dous. Os “pick-pockets” dos dois mundos contam a façanha com admiração e até quase inveja. O larápio em questão é fora disso um homem de muita afabilidade; perfeito gentleman, muito instruído, fala diversas línguas e apresenta-se como um grande fidalgo. Tem usado de diferentes nomes, mas aquele a que dá a preferência é o de James Dickenson.

Até agora tem sabido sempre escapar à polícia inglesa e americana. Esperamos, diz o Constitutionnel de Paris, donde transcrevemos esta notícia, que a polícia francesa será mais feliz, mas sempre damos o conselho de que não será mau acautelarem as algibeiras. (CP, 12 maio 1875)

O ladrão não era uma ameaça aos leitores brasileiros. Mas o perigo que ele representava rondava o imaginário dos dois mundos. E Paris, a cidade para a qual o astuto (e fino) batedor de carteiras fugiu, era então uma cidade violenta. A obsessão que os parisienses tinham com o crime foi irrigada pelos romances-folhetins e *faits divers* tanto quanto pelos dados estatísticos. Era muito plausível, na lógica de uma narrativa que se preocupava mais com a forma que com o conteúdo, mais em entreter do que informar, que Paris fosse o lugar escolhido para a fuga.

Ao mesmo tempo, esse *fait divers* alimentava o fascínio ainda nascente no Brasil⁵⁰ pela celebridade dos homens extraordinários, que se tornarão celebridades de cinema, figuras inexistentes na realidade, projeções de seres supostamente perfeitos.



⁴⁹ A exemplo de “A polícia (exonerações e transferências)”, “Com a perna fraturada”, “Por diversão”, “Feroicidade de um genro”, “Mau companheiro”, “Amantes a bofetadas”, “Bebedeira e agressão”, “Ferido por uma pipa”, “Pancadaria”, “Entre um *bond* e um andaime”, “Desastre” e “Um plano velho (GN, 1 set. 1905, p. 3).

⁵⁰ Cf. ALMEIDA, José Cardoso. Relatório apresentado ao Secretário do Interior e da Justiça pelo Chefe de Polícia de S. Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1903.

O muito literário personagem do *pickpocket* de “Larápio célebre” (1875), que foge da América para Paris, concretizou-se em outro *fait divers*, publicado vinte anos depois, “Gatuno célebre” (CP, 6 jul. 1895), que anunciava a chegada a São Paulo do “célebre gatuno José Antonio da Silva, vulgo Zezinho, habilíssimo batedor de carteiras” (CP, 6 jul. 1895). Vindo de Montevidéu, tendo antes passado pelo Rio de Janeiro, Zezinho, assim como James Dickenson, nutria um imaginário do crime internacional em que as cidades brasileiras se inseriam. Dez anos depois, a ameaça já não vinha de um estrangeiro que assombrava lugares longínquos, mas de um batedor de carteiras nacional que agia no país, mais precisamente na Estação Central do Distrito Federal.

Um pickpocket

Quando ontem à noite o Sr. Carlos Agostinho residente na estação de Sampaio comprava bilhete na estação Central, sentiu que lhe mexiam na algibeira da calça. Voltou-se e apanhou o indivíduo roubando-lhe os 37\$000 réis que possuía. Dois soldados de polícia, que aí estavam, prenderam e levaram o gatuno para a 5ª delegacia, encontrando-se-lhe na ceroula a quantia furtada. Contra o gatuno lavraram flagrante. (GN, 1 set. 1905)

A nota da *Gazeta de Notícias* vem na seção “Ocorrências”, em que acidentes, crimes passionais, brigas e agressões se misturavam⁵¹ e davam a impressão de um maior urbanismo e inserindo a representação do *pickpocket* nativo naquele imaginário sofisticado da modernidade, mesmo que em versão menos glamorosa.

O mercado, a feira, a praça pública, as aglomerações eram os lugares do crime em que o jornalismo vai buscar suas imagens. E lá estavam os batedores de carteira, a essa altura mais numerosos, fazendo escola – o que parece ter resultado na adesão desta atividade por crianças infratoras, jovens trabalhadores que apelavam ao furto e a expedientes para suprir o orçamento miserável.

Noticiário

Menor gatuno

O menor José Fernandes, vendedor de jornais, aproveitando-se da distração de uma senhora no mercado da rua 25 de março, muito sorrateiramente furtou-lhe do bolso a quantia de 6\$000. Frequentemente as senhoras que ali vão têm sido vítimas de furto de carteiras e objetos de uso.

Há no mercado, certas horas do dia, grande movimento e os menores ratoneiros que infestam aquela praça aproveitam-se das cotoveladas para trabalharem, batendo carteiras e tudo o quanto esteja à vista.

Era um bom alvitre para evitar a reprodução desses furtos, o dr. Chefe de polícia enviar para aquela praça alguns agentes de segurança, no sentido de fazerem o policiamento. Com essa medida as pessoas que ali vão fazer compras podem se deixar estar sem receios de ficarem sem suas carteiras. (DP, 7 nov. 1902)

A questão do menor trabalhador – o vendedor de jornais –, mal remunerado, do jovem pertencente a famílias pobres, da obrigatoriedade em trabalhar para o sustento, não é levantada pelo *fait divers*. Com a pretensão de informar sobre o crescimento da criminalidade, não se atém às condições

sociais em que surge a violência.

O que se depreende é que a imagem da criança trabalhadora vinha associada à de “ratoneiro” e de “praga”. No primeiro caso, perde o estatuto de trabalhadora. No segundo, de ser humano. Tal como uma das muitas epidemias que infestavam as cidades em expansão, os garotos vendedores ambulantes de jornais apareciam como numerosos e prejudiciais ao organismo social. Embora espertos para furtarem “muito sorratamente”, sua habilidade não era o suficiente para levá-los à celebridade: iniciantes, seria preciso construir uma história de logros bem-sucedidos para figurarem no panteão dos gatunos célebres. Mas é o mesmo tópos do ladrão vindo das camadas pobres que “vence” pela esperteza que se repetia em “Menor gatuno”.

C) Gatunos e gatunices

Forasteiros misteriosos

Ao lado do trabalhador pobre “nacional”, como se usava dizer à época, o forasteiro, estrangeiro ou não, era outra figura recorrente, o que se agravaria na década subsequente com a “grande imigração”. O aumento populacional era algo concreto e possível de se notar no cotidiano. Estatísticas ajudavam a compor o clichê, registrando um total de 7.587 estrangeiros presos para 4.931 brasileiros, somando 12.518 infrações registradas. Deste total, 9.120 eram brancos contra 2.007 negros e 1.391 pardos.⁵² Levando em conta que tais dados eram largamente noticiados na imprensa, o medo branco da onda negra começa a se transfigurar no medo do branco estrangeiro. Os italianos eram o alvo principal não só em São Paulo, mas também no Rio. Sua relação com o mundo do crime era abundantemente registrada tanto pela mídia nacional como pela estrangeira, a exemplo de Paris⁵³, fazendo desta nacionalidade uma das mais recorrentes no imaginário do crime da passagem do século XIX ao XX

As reservas que já existiam em relação aos forasteiros tendiam a aumentar. E essa população flutuante, diferente, era relacionada aos lugares do crime como hotéis e pensões. No ambiente rústico de fins do Império, todavia, não deixavam de ser notados pelos olhares atentos. A história de um homem notoriamente pouco asseado que havia chegado a um hotel de Campinas e passara a ser foco da observação dos habitantes da pequena cidade do interior paulista tornou-se notícia na capital da província. Todos seus atos foram minuciosamente seguidos e até em São Paulo parecem ter surtido interesse, uma vez que o *Correio Paulistano* reprisou o que publicou o *Correio de Campinas*:

Mais um mistério

Sabemos que o sr. João Camillo Giraud proprietário do Hotel do Universo recebeu um telegrama anteontem perguntando se Antonio José da Silva era gerente do seu hotel. Este indivíduo com efeito esteve em Campinas. Sábado entrou naquele hotel, tendo chegado pelo trem da nove horas. Estava muito sujo, com a roupa toda enlameada, embrulhado num xale também sujo; sua aparência chegou a despertar desconfiança no espírito do Sr. Giraud e de alguns hóspedes. Ficou hospedado no hotel e conservou-se positivamente fechado no quarto, como esquivando-se a ser visto. Este indivíduo trazia soma importante de dinheiro consigo. À certa hora, dirigiu-se à alfaiataria Sbraggia, à rua de S. José, e ali mandou fazer um costume de casimira, comprou camisas, um guarda-pó e uma mala. Circunstância particular –

⁵² Como as famosas revistas de Angelo Agostini, *Revista Ilustrada* e *Don Quixote*.

⁵³ FONSECA, Guido. *Crimes, criminosos e criminalidade em São Paulo (1870-1950)*. São Paulo: Resenha Tributária, 1988, p. 157.

na alfaiataria deu nome trocado. Durante este dia e durante o domingo conservou-se fechado no hotel, à espera que o fato que encomendara ficasse pronto. Na segunda-feira saiu transformado à rua. O indivíduo sujo e suspeito estava todo limpinho e para completar a limpeza foi a uma casa de barbeiro e mandou fazer a barba. Pelo trem das 11,50 partiu para São Paulo tendo dito no hotel que era negociante de secos e molhados na corte. O Sr. Delegado de polícia tomou informação acerca deste indivíduo, pedindo ao Sr. Sabraggia um retalho da fábrica com que foi feito o costume. Supõe-se seja esse indivíduo pelo menos um gatuno. Sabemos mesmo que a polícia da capital já lhe poz [- [sic]] a vista em cima e não será para admirar que qualquer dia destes Antonio José da Silva, de negociante de secos e molhados, apareça aí herói de alguma alhada. (CP, 14 ago. 1885).

É admirável a riqueza de detalhes sobre os movimentos do forasteiro. Mais interessante é a observação do jornalista sobre a construção da narrativa de crime: “não será para admirar que qualquer dia destes Antonio José da Silva, de negociante de secos e molhados, apareça aí herói de alguma alhada”. De acordo com o jornal, logo o criminoso deveria constar como herói em alguma encrenca, confirmando o estereótipo.

A gatunagem não deu tréguas no período estudado, e os jornais a exploravam a seu modo. Havia *faits divers* curtos e sóbrios, às vezes bem-humorados, quando o delito não variava o enredo gatuno/roubo/constatação do roubo/prisão ou fuga, como em “Gatunos e gatunices” (GN, 1 jan. 1890), “Assaltos e roubos” (JB, 30 jan. 1900) e “Os ladrões em ação” (JB, 9 jan. 1920). E havia os *faits divers* longos e sensacionalistas, quando o caso se apresentava como excepcional. Um exemplo foi “Um bando de ratoneiros é preso pela polícia” (CM, 17 jan. 1915), fartamente divulgado pelo jornal sensacionalista *Correio da Manhã*, que expôs duas fotos grandes, uma delas com oito detentos no primeiro plano, mais seis deles abaixo, com a legenda explicativa “Vários amigos do alheio que operavam na zona do 14º distrito cuja polícia acaba de pô-los à sombra”. Recurso novo, o uso da fotografia no jornalismo aumentou nas primeiras décadas do século XX de maneira espantosa. Procedimento auxiliar na descrição minuciosa dos detalhes da cena do crime, dos criminosos ou de suas vítimas (e por vezes das autoridades médicas e policiais), sua utilização aproximava o jornal das revistas ilustradas, fazendo-lhes concorrência.

Não havia uma substituição da ilustração pela fotografia no jornal brasileiro, como ocorreu na imprensa francesa, pois os desenhos representando as cenas do crime não eram comuns, com raras exceções que confirmavam a regra.⁵⁴ O que havia, no jornal, era uma produção considerável de seções ilustradas com charges que mantinham lauto diálogo com o universo do *fait divers*, comentando os fatos da semana com humor. Enquanto que, com o advento da fotografia, as páginas se enchem de bandidos “célebres”, figuras soturnas em trajes miseráveis, outros altivos em vestuário apurado, maridos “honrados” com olhar perdido após praticarem uxoricídios etc.

Mas eram os clichês ou “instantâneos” de Kodak com cadáveres, corpos mutilados, enforcados, atropelados ou sangrentos que realmente chocavam, dado seu poder de realismo sem precedentes. Reações a essa exposição macabra foram registradas, mas nada aplacava a sede de realismo, e a fotografia imperou vitoriosa, expondo ainda vítimas e suspeitos em sua condição de imolados e monstros. Nas cenas mais complexas, era rara uma produção fotográfica, impedida pelos limites técnicos das máquinas existentes, o que faz crer que a preferência pelos mortos também se dê

pelo fato de poderem ter suas imagens apreendidas pela câmara escura com maior precisão.

Gatunos célebres

O crime profissionalizava-se. Quando apreendidos mais de uma vez, os gatunos já fichados na polícia habitavam um novo panteão do crime, os “criminosos de carreira”, ganhando apelidos que os popularizavam tanto nos meios policiais quanto nas páginas dos jornais, incluídos logo nas conversas de tabernas e barbearias, dos bondes e salões.

No seu “profissionalismo” destacavam-se a habilidade técnica e o crime perfeito, sem deixar vestígios ou vítimas fatais, o que se assemelhava à ação dos ágeis batedores de carteira. Atuando, porém, nos interiores das casas e estabelecimentos, esses crimes eram ainda mais cênicos devido a sua audácia. O arrombador de portas e cofres Frederico Gobbi, que declarava não querer enriquecer, dizia ter prazer em furtar e exercer, assim, suas façanhas. Era simplório, sem vaidades, não usufruía da quantia espantosa que havia adquirido como fruto de suas ações criminosas, preferindo gastar na companhia dos amigos, uma vez que nem mesmo o belo sexo o seduzia.

Diferente dele, seu comparsa Amílcar Biggi era vaidoso, impunha-se pela indumentária chique e a ostentação de joias. Em ação, todavia, poderia se disfarçar de mendigo (*OESP*, 21 dez. 1916). A celebridade que ambos italianos alcançaram até fins da década de vinte, quando foram presos (Gobbi acabou deportado), chegou a tal ponto que até mesmo o delegado Franklin de Toledo Piza (famoso por estar em vários *faits divers* como agente de combate ao crime em São Paulo) tornou-se admirador da dupla, mais ainda de Gobbi, declarando que este foi o “mais célebre e mais hábil ladrão arrombador que tem operado em nosso Estado” e o “único ladrão verdadeiramente respeitável”.⁵⁵

Mas o mais famoso dos gatunos célebres do Brasil desta época foi, sem dúvida, Amletto Gino Meneghetti, também italiano. Versado no *métier* do crime desde a infância, tinha passagens na polícia e em manicômios italianos, por ser considerado “louco-moral”. Chegou ao Brasil em 1913 com longa ficha criminal sem ser, apesar disso, barrado pelo serviço da imigração (talvez porque interessasse mais inflar o mercado com mão-de-obra abundante a fim de torná-la barata).

Ele próprio se empregou em uma fábrica como operário, mas sua vida no crime em São Paulo não demorou a se iniciar de uma maneira espetacular, bem ao gosto da mídia: preso por furto de armas e condenado a oito anos de reclusão, fugiu da prisão completamente nu. Dirigiu-se ao sul do país, depois para o Rio de Janeiro, onde foi preso. Na frente do delegado, porém, encenou loucura e acabou no Hospital Nacional dos Alienados, de onde também fugiu. Prisões e fugas espetaculares deram sequência à vida desse ladrão errante, como ter pulado um muro de oito metros em Juiz de Fora. Preso em Belo Horizonte, teve sua identidade verdadeira descoberta. Fugiu, então, para a Argentina, incrementando seu currículo internacional. Em 1926, *O Estado de S. Paulo* anunciou que o famoso gatuno encontrava-se na capital do café novamente (5 jun. 1926).

É nesse ponto que começou a despontar a maior publicidade de um ladrão já vista em jornais brasileiros de então. Usando o nome de Mário Mazzi, morando no bairro paulistano do Bexiga, passou a ser perseguido por uma polícia pressionada pela repercussão de seu sucesso na impren-

⁵⁵ VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 38.

sa. Ele próprio chegou a escrever para os jornais, tripudiando sobre as autoridades. Acabou delatado e, na presença do inspetor de polícia que tinha ido prendê-lo, pulou pela janela e fugiu pelos telhados tal qual um Rocambole na Paris sombria. O folhetim “As aventuras de Rocambole” foi publicado no *Jornal do Comércio* em fins dos anos cinquenta do século XIX e estava muito presente na memória dos leitores (e ouvintes) brasileiros desde então. As semelhanças de Meneghetti com o trapaceiro de Ponson du Terrail podem não ser tantas, mas certamente o hábito de sair fugindo pelos telhados alimentou toda uma mitologia fantástica e intercultural em torno do gatuno italiano.

Os jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro dos anos 20 não pouparam palavras, epítetos, vistosas manchetes, ilustrações, fotografias, depoimentos, enquetes e todo e qualquer detalhe que pudesse melhor compor a narrativa dramática de Gino Meneghetti e gerar mais leitores. Preso ao visitar os filhos, em 1926, matou o comissário de polícia Waldemar Mondin da Costa Dória, fato que teve repercussão estrondosa. Não só jornais, mas as revistas ilustradas dedicaram grande espaço para a prisão espetacular, como ocorreu com *A Cigarra*, que fez um desenho esquemático, em quadros, da fuga e prisão do célebre gatuno (ACI, jun. 1926). Personificando o “criminoso-herói” por não deixar vítimas e por dividir o butim com os pobres, Meneghetti fez parte do grupo de bandidos idolatrados pelo seu poder de enfrentar as autoridades, burlando-as. Sua lenda estendeu-se até os anos de 1970, depois de longa prisão no Carandiru, em São Paulo (onde sua fama rendia visitas), a liberdade, várias reincidências no crime, seguidas de novas prisões, morrendo em 1976, com quase cem anos, completamente célebre.

Complô anarquista

Tal imaginário relaciona-se com o anarquismo, mesmo indiretamente. A pobreza tornou-se justificativa para o crime e os bandidos foram tratados, muitas vezes, como justiceiros, denunciando uma visão romântica da criminalidade. Essa concepção tem larga aceitação no imaginário já bem irrigado com as referências de um banditismo social de um Robin Hood em que o criminoso vinga os oprimidos e, com a coragem de enfrentar as autoridades guardiãs dos bens dos ricos, converte-se em símbolo da desforra contra a exploração. A transformação de Meneghetti em herói, assim como a de vários de seus companheiros de “profissão”, alimentava-se dessas referências que, com a expansão do anarquismo em terras brasileiras, ganhou ainda mais força.

Representados no jornal como criminosos, os anarquistas eram perseguidos e admirados, temidos e idolatrados. Eram associados a crimes contra políticos, como ocorreu com Francisco Manso que esfaqueou o político gaúcho Pinheiro Machado: “Francisco Manso faria parte de um complô anarquista?” (“O assassinato do general Pinheiro Machado”, *AG*, 11 set. 1915). Foram acusados de provocar acidentes (*AG*, 20 out. 1919) e, claro, de incitar o movimento paredista. Um editorial de *A Gazeta*, então já sob a nova direção de Cásper Líbero, repeliu os anarquistas engajados nas greves por não ver justificativa econômica para os protestos:

Ou o anarquista estrangeiro fugiu da sua pátria por sentir-se oprimido e, então, é um covarde, ou fugiu por criminoso e, nesse caso, deve ser afastado pelo operário nacional



A greve atual não tem a apoiá-la as simpatias de uma causa de ordem econômica, que justifica às vezes a pressão das massas obreiras sobre as aristocracias capitalistas. É, como se vê, à primeira vista, uma parada de índole política. Considerada sob este ponto de vista, e exprimindo uma das feições mais antissociais das ideias ultimamente sementeadas no norte da Europa, não deixa de ser tardia e inoportuna. O programa máximo de reformas sociais que, sob a denominação de bolchevismo, revoluciona a Rússia, já esta desmoralizado; a sua inadaptabilidade está demonstrada pela reação feita na própria Rússia, pelos próprios elementos obreiros que não puderam suportar o estado de anarquia e mal estar ocasionado pela vitória dessas doutrinas. (AG, 24 out. 1919)

Usando o exemplo russo para desmoralizar a ideia de revolução e de anarquismo, era incutido o medo à sociedade. Associados a maus elementos, que incitavam a massa sem que houvesse motivo, os anarquistas eram criminalizados mesmo em atos pacíficos. Em 1920 foram reprimidos alguns anarquistas no Rio de Janeiro por distribuírem panfletos e jornais libertários com artigos de protesto contra a repressão à última greve, o que resultou na prisão e deportação de vários trabalhadores. Apesar de não serem encontrados quaisquer tipos de armas com eles, o fato foi noticiado com alarde nos jornais, com suas fotografias expostas como a de bandidos (AG, 23 jul. 1915).

Em Paris, embora também tratados como criminosos e sendo assunto de *faits divers* tanto quanto no Brasil, os jornais os transformaram em personagens excepcionais, a exemplo do bando de Bonnot (*la bande à Bonnot*). Bonnot era um francês de origem humilde que se transformou em anarquista convicto. Depois de incursões pela polícia, a proibição de voltar à casa de sua família, cujo pai trabalhador o repelia, acabou no Exército, fase em que aprendeu o ofício de mecânico. Fora do Exército, empregou-se, mas foi boicotado por causa de suas relações crescentes com o anarquismo, caindo no desemprego e tornando-se hábil ladrão de carros. Em sua vida de fugas foi parar em outra “cidade do crime”, Londres, em que foi motorista particular de ninguém menos que Conan Doyle, que não sabia da história de seu empregado. De volta à França, em Lyon, colaborou com grupos anarquistas, inclusive com grandes somas de dinheiro, que não lhe faltavam. Vestia-se com apuro e tinha modos elegantes. Depois de mil peripécias pela França e outros países, continuava com a nova modalidade do roubo de carros, que seriam usados em assaltos a bancos e outros tipos de estabelecimento. A imprensa o transformava, definitivamente, em assunto midiático.

O próprio Bonnot visitou a redação do *Le Petit Journal* para protestar contra a cobertura que estava recebendo da imprensa, que lhe atribuía a condição de líder de grupo. A tentativa de sua prisão, em 1912, lembrou muito a de Meneghetti: cercado em casa por policiais, foi atingido por um tiro, mas, mesmo assim, conseguiu fugir pelos telhados para ser achado dias depois e, finalmente, ser assassinado. Assim como a Meneghetti, foi feito um cerco extraordinário ao local onde o anarquista se encontrava, mobilizando grande força policial, o que dava a essas figuras uma aura ainda mais espetacular, por se tratar, em ambos os casos, de um indivíduo contra vários.

O discurso libertário, no entanto, não era parte da *mise en scène* de Meneghetti, representado muitas vezes como um demente assassino (CP, 5 jun. 1926; OESP, 5 jun. 1916), talvez pelo fato de ele tentar seguidamente se

passar por louco a fim de escapar à prisão comum e, no sanatório, ter mais chances de fuga. Mas suas ideias foram logo enquadradas no estereótipo do “degenerado revoltado” (*OESP*, 6 jun. 1926) no qual eram também encaixados anarquistas, tornando possível a associação entre o gatuno italiano em ação no Brasil e o anarquista francês Bonnot, líder do grupo ao qual legou seu nome. A autora Célia Bernardi relata que o jornal *A Platéia* (18 dez. 1926) atribuiu o apelido de “êmulos de Bonnot” a Meneghetti⁵⁶, tal a ligação que a mídia promoveu com o imaginário internacional, principalmente o proveniente dos periódicos franceses tão presentes em nosso jornalismo.

Para os anarquistas, a ideia de expropriação sobrepenha-se à de roubo. Como Meneghetti era italiano, nacionalidade da qual provinham muitos anarquistas, e ensaiou algumas opiniões sobre a injustiça social, jornalistas logo o relacionaram com uma conspiração anarquista internacional, de forte apelo dramático e intensamente explorada pelos jornais de todo o mundo. Mas, para além disso, a representação de Meneghetti e sua transformação em herói não era um fato isolado. Fazia parte de uma composição literária da qual a mídia impressa era tributária, como temos visto. Sua grande capacidade técnica e suas fugas cinematográficas atuaram nos fatores que o fizeram um caso de maior repercussão.

Anos depois, ele continuou sendo lembrado. Mas não foi apenas a sociedade dos anos de 1970 que “resgatou” Meneghetti como herói. Foi a estrutura da narrativa jornalística do início do século XX que, representando o gatuno italiano como um ser excepcional, um homem extraordinário, legou à posteridade o mito do criminoso educado, bem vestido, inteligente, hábil e, daí em diante, justiceiro célebre, a altura dos “facínoras” estrangeiros como Bonnot. E, ainda que as representações propagadas pela imprensa oscilassem entre o criminoso-herói e criminoso-monstro, foi a face de herói, do gênio do mal, que permaneceu no imaginário.

Dada sua insistência na ação criminosa mesmo depois de idoso, essa imagem já bem consolidada desde a *Belle Époque* só se reforçou. Quando Hélio Oiticica vaticina aos quatro ventos os versos “seja marginal, seja herói” em homenagem a Cara de Cavalo, outro “célebre” bandido dos anos de 1960, é esta tradição de representação à marginalidade que está sendo posta em marcha. E como Zuenir Ventura bem observa em relação ao mito que se formou em torno do traficante de drogas e café: “Assustava mais pela fama do que pelos feitos”.

Materialidade dos imaginários

A análise aqui realizada dos *faits divers* pretendeu dar materialidade aos imaginários que então circulavam nos jornais pesquisados. Eles revelavam sintonia com temas difundidos na imprensa ocidental, com temas e personagens locais crescentemente representados em estereótipos universais.

O esquadrão do crime que o jornal brasileiro retrata é imenso. Ele vai desde uma figura sem forma, como o bando ou a multidão, até o mais simples vagabundo, tendo sua imagem personificada entre a ambiguidade do herói e do mais completo monstro. As figuras da ameaça obedecem a gradações. Há menores infratores, desordeiros, bêbados e vagabundos, vigaristas, batedores de carteira e gatunos que podem não ser tão violentos, tomando mesmo um aspecto bem simpático e até heroico. Mas há os malandros e capoeiristas, que podem ser bem perigosos, para citar apenas

os temas a que nos ativemos neste artigo.

O exército do crime é formado principalmente pelos trabalhadores pobres, exercendo profissões pouco especializadas. Os lugares da ameaça do crime são também inúmeros e parece não restar local seguro nas grandes cidades. Oferecem grande perigo o ambiente externo como a rua, praia, mercado, feira, praça pública e aglomerações em geral. E os lugares de passagem como estalagens, pensões e hotéis.

Enfim, os *faits divers* fornecem um observatório apaixonante das sensibilidades e cultura desta época e, se até hoje fazem sucesso, é porque “constituem um cimento de sociabilidade compartilhada, lançada e relançada, dia após dia, no gozo dos que procuram a surpresa e a anedota”, em uma contínua atualização dos mesmos temas, que por vezes nos passam desapercibidos. Não há mistério neste renascer: essa é a própria lógica da cultura-mercadoria que integra a tradição. Com o fim de melhor se fazer aceitar pela audiência, ela normaliza os costumes e convida o homem a um eterno exercício: a leitura cotidiana.



Artigo recebido em agosto de 2014. Aprovado em outubro de 2014.

Datas do surgimento das seções de <i>faits divers</i> em jornais brasileiros — 1840-1930									
Jornais	Rio de Janeiro					São Paulo			
	Jornal do Comércio	Gazeta de Notícias	O Repórter	Jornal do Brasil	Correio da Manhã	Correio Paulistano	O Estado de S. Paulo	Diário Popular	A Gazeta
	1827	1874	1879	1891	1901	1854	1875	1884	1906
OBS.	Sóbrio	Sensacionalista	Sensacionalista	Sensacionalista	Muito sensacionalista	Sóbrio	Sensacionalista	Sóbrio	Muito sensacionalista
1840	Miscelânea								
1860	Gazetinha								
1870						Noticiário			
1875						Noticiário Geral	Notícias Diversas		
1878		Ocorrências de Rua							
1879			50% Factos Diversos						
1880	Variedades	Acontecimentos Notáveis							
1885						Ocorrências Policiais		Um Pouco de Tudo Notícias Notas do Repórter	
1890	Várias Notícias	Casos Policiais							
1896						Tribunal do Jury			
1900	5%	30%		25% Assaltos e Roubos		15%	20% Notícias Diversas	10%	
1901					40% Notícias Diversas Pelo Subúrbio				
1902								Noticiário	
1903						Factos Diversos			
1905		40% Os Subúrbios Factos Diversos Ocorrências Última Hora			40% Na Polícia e nas Ruas			Última Hora — serviço telegráfico notícias diversas	
1907					Notas Policiais				
1910	5% Gazetilha	40% Factos Diversos		30% Factos Policiais	60%	10%	10%	5%	50% Scenas de Sangue
1915					70%				70% Últimas Última Hora
1920				Na Polícia e nas Ruas	Última Hora		Notícias do Rio		50%
1927		40% Últimas Notícias							
1930		Gazeta de Notícias na Cidade							

Tabela 1: Surgimento das rubricas de *faits divers* em jornais brasileiros entre 1840-1930 e respectivos títulos. São indicados: o início das publicações, os anos em que cada seção começou a ser publicada e a porcentagem de *faits divers* em cada veículo por período.